

NÃO HÁ FUTURO SEM CHÃO: colapso climático, solos urbanos e a política da sobrevivência¹

THERE IS NO FUTURE WITHOUT SOIL: climate collapse, urban soils, and the politics of survival

Márcio Silveira Nascimento *

Resumo

O aprofundamento das mudanças climáticas tem evidenciado os limites ecológicos, políticos e epistemológicos das sociedades urbanas contemporâneas, sobretudo em territórios marcados por desigualdades socioambientais estruturais. Este artigo desenvolve uma análise teórico-analítica do solo urbano como operador sociológico do colapso climático, examinando como sua materialidade permite articular a produção social do risco, a territorialização das desigualdades e as disputas políticas que estruturam as cidades contemporâneas. Argumenta-se que o solo condensa processos históricos de injustiça ambiental, decisões políticas orientadas pela sobrevivência do poder e práticas situadas de permanência da vida em contextos de degradação socioecológica. Em diálogo com a sociologia do risco, a teoria da sobrevivência política, a antropologia das ruínas e contribuições recentes da ciência do solo sob mudanças climáticas, sustenta-se que a crise climática revela uma tensão estrutural entre a sobrevivência dos regimes sociopolíticos e a sobrevivência da vida. Defende-se que não há futuro sem chão porque é no solo urbano que se materializam os conflitos centrais do Antropoceno periférico, exigindo uma política da permanência ancorada em saberes situados, práticas educativas e éticas de cuidado com a Terra.

Palavras-chave: mudanças climáticas; solos urbanos; injustiça ambiental; política da sobrevivência.

Abstract

The deepening of climate change has highlighted the ecological, political, and epistemological limits of contemporary urban societies, especially in territories marked by structural socio-environmental inequalities. This article develops a theoretical-analytical analysis of urban soil as a sociological operator of climate collapse, examining how its materiality allows for the articulation of the social production of risk, the territorialization of inequalities, and the political disputes that structure contemporary cities. It argues that soil condenses historical processes of

¹ O autor declara que houve uso de ferramenta de Inteligência Artificial (IA) como apoio técnico à escrita, especificamente para correção gramatical, revisão ortográfica, sugestões de melhoria de fluidez textual e aprimoramento da clareza e coesão na redação. Ressalta-se, contudo, que a autoria intelectual do trabalho é integralmente do autor, sendo este o único responsável pela concepção teórica, estrutura argumentativa, seleção bibliográfica, análise crítica e elaboração das reflexões apresentadas. Esclarece-se ainda que, em nenhum momento, foi utilizada IA para gerar dados, resultados, análises, interpretações ou conteúdos substantivos da pesquisa. O artigo é fruto de elaboração autoral, fundamentado em pesquisa bibliográfica e reflexão teórico-crítica.

* Doutorando e mestre em Ensino Tecnológico pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Brasil. Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Amazonas. E-mail: marciosn.geo@gmail.com.



environmental injustice, political decisions oriented towards the survival of power and situated practices of life permanence in contexts of socio-ecological degradation. In dialogue with the sociology of risk, the theory of political survival, the anthropology of ruins, and recent contributions from soil science under climate change, it is argued that the climate crisis reveals a structural tension between the survival of socio-political regimes and the survival of life. It is argued that there is no future without soil because it is on urban soil that the central conflicts of the peripheral Anthropocene materialize, requiring a politics of permanence anchored in situated knowledge, educational practices, and ethics of care for the Earth.

Keywords: climate change; urban soils; environmental injustice; politics of survival.

Introdução

As mudanças climáticas consolidaram-se como um dos principais vetores de reorganização das agendas científicas, políticas e sociais contemporâneas, tensionando categorias fundantes do pensamento moderno, como desenvolvimento, progresso e a própria noção de natureza. Distantes de configurarem apenas um problema técnico ou ambiental, elas se apresentam como um fenômeno social complexo, atravessado por relações de poder, assimetrias históricas e disputas epistemológicas que condicionam tanto a produção do conhecimento quanto as formas de enfrentamento da crise (Beck, 2010; Giddens, 2010; Hulme, 2009).

Essa dimensão social da crise climática torna-se particularmente visível no espaço urbano, sobretudo nas cidades do Sul Global, onde os impactos do aquecimento global assumem uma materialidade concreta e territorialmente localizada. Processos como a depleção da matéria orgânica do solo, a liberação de gases radiativamente ativos, as erosões aceleradas, os deslizamentos de terra, os alagamentos recorrentes e a contaminação dos solos não apenas intensificam a vulnerabilidade ambiental, mas revelam a profunda interdependência entre dinâmicas climáticas, modelos de uso do solo e padrões historicamente desiguais de urbanização (Rosenzweig; Hillel, 2000; Edoa, 2025).

Tais eventos, contudo, não podem ser interpretados como ocorrências naturais isoladas ou como meros efeitos colaterais do aquecimento global. Eles expressam, de forma condensada, os resultados de um modelo histórico de produção do espaço urbano que converte determinados territórios em zonas de sacrifício, destinando populações



específicas à exposição sistemática ao risco socioambiental. Nesse sentido, a crise climática atua como amplificador de desigualdades estruturais, tornando visíveis os mecanismos de injustiça ambiental que organizam a distribuição diferencial dos danos e das vulnerabilidades (Acselrad, 2010).

É nesse contexto de emergência climática, compreendida não apenas como aceleração dos impactos ambientais, mas como crise das formas de governar, habitar e significar o mundo, que a produção científica e as formas contemporâneas de ativismo deixam de operar exclusivamente como dispositivos de alerta. Elas passam a assumir centralidade política na legitimação pública do colapso em curso e na mobilização de respostas coletivas orientadas à transformação, ainda que parcial, das dinâmicas estruturais que sustentam a degradação dos territórios e a precarização da vida (Shirts, 2022). A emergência, nesse sentido, não se define apenas pela urgência temporal, mas pela exigência de reorganização profunda das relações entre sociedade, natureza e poder.

Partindo desse quadro analítico, este artigo sustenta a tese de que não há futuro sem chão, compreendendo o solo urbano como elemento central tanto na produção quanto na experiência cotidiana do colapso climático. O solo não constitui um simples suporte físico da urbanização, mas o lugar onde se condensam decisões políticas, dinâmicas econômicas, processos ecológicos e modos de vida precarizados. Ele opera, assim, como interface material privilegiada entre sociedade e natureza, revelando de forma sensível os limites do projeto urbano moderno diante das mudanças climáticas.

O objetivo deste artigo é analisar o solo urbano como operador sociológico do colapso climático, compreendendo-o como categoria analítica capaz de articular materialidade, poder e crise climática no contexto das cidades contemporâneas.

Busca-se, assim, evidenciar como a materialidade do solo permite apreender a produção social do risco, a territorialização das desigualdades socioambientais e as disputas políticas que estruturam o Antropoceno periférico. Trata-se de um estudo de natureza teórico-analítica, que dialoga com aportes da sociologia ambiental, da teoria política, da antropologia das ruínas e de epistemologias críticas, conforme mobilizado ao longo das seções do texto. Ao recusar abordagens tecnocráticas e universalizantes da crise climática, o artigo demonstra como o colapso se territorializa no chão urbano e como, a partir dele, emergem disputas ontopolíticas em torno da sobrevivência da vida. Dessa

forma, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de análise ambiental e se afirma como eixo interpretativo central da crise climática nas cidades.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma análise teórico-analítica de natureza qualitativa, orientada por pressupostos epistemológicos das ciências sociais críticas. Trata-se de uma abordagem que não se limita à descrição ou sistematização de produções existentes, mas busca interpretar, problematizar e articular diferentes referenciais teóricos a partir de categorias analíticas construídas no próprio desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a análise teórico-analítica consiste em colocar os autores e conceitos em diálogo, identificando convergências, tensões e lacunas, com o objetivo de produzir uma compreensão integrada do solo urbano como operador sociológico do colapso climático.

Tal abordagem parte do entendimento de que o conhecimento científico, especialmente em contextos de crise socioambiental, não se constrói de forma linear ou cumulativa, mas por meio de um processo contínuo de observação, reflexão e interpretação, no qual os significados analíticos são progressivamente elaborados à medida que a análise avança (Chizzotti, 2014). Assim, o estudo privilegia uma leitura crítica e relacional das produções selecionadas, buscando não apenas reunir contribuições, mas construir um argumento teórico capaz de articular materialidade, poder e crise climática no contexto urbano.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do problema investigado, que envolve dimensões simbólicas, políticas e ontológicas da crise climática urbana. Diferentemente de abordagens quantitativas, a pesquisa qualitativa possibilita apreender aspectos da realidade social que não podem ser reduzidos à mensuração, tais como valores, crenças, percepções, práticas sociais e disputas de sentido que estruturam as relações entre sociedade, natureza e território (Gil, 2019). Nesse sentido, este estudo buscou compreender de que maneira o solo urbano vem sendo mobilizado, no campo teórico, como categoria analítica associada às mudanças climáticas, à injustiça ambiental e às políticas de sobrevivência.



O percurso analítico foi desenvolvido em duas etapas conceitualmente articuladas. Na primeira etapa, realizou-se o levantamento e a seleção de produções científicas nacionais e internacionais que abordam os eixos centrais do estudo, mudanças climáticas, solos urbanos, Antropoceno, injustiça ambiental e políticas de sobrevivência. Privilegiaram-se obras teóricas, ensaios analíticos e estudos críticos de reconhecida relevância acadêmica, publicados em livros e periódicos qualificados, com o objetivo de construir um arcabouço conceitual consistente para a análise.

Na segunda etapa, procedeu-se à análise interpretativa e hermenêutica do material selecionado. Nessa fase, os textos foram examinados de maneira relacional, buscando-se identificar convergências teóricas, tensões conceituais e contribuições analíticas para a compreensão do solo urbano como operador sociológico do colapso climático. Esse movimento analítico não se limitou à sistematização das abordagens existentes, mas envolveu um esforço de problematização crítica, no qual os referenciais teóricos foram colocados em diálogo à luz de categorias analíticas construídas ao longo da pesquisa, tais como risco, sobrevivência, materialidade, poder e permanência da vida (Minayo; Deslandes; Gomes, 2025).

Dessa forma, o procedimento adotado consistiu na interpretação e articulação crítica de diferentes referenciais teóricos, buscando compreender como o solo urbano pode ser mobilizado como operador sociológico do colapso climático. O percurso envolveu a identificação de convergências, tensões e complementaridades entre os autores analisados, permitindo a construção de um argumento integrado acerca das relações entre materialidade, poder e crise climática no contexto urbano.

Os achados foram sistematizados em quatro eixos temáticos que estruturam a seção de resultados e discussão do artigo: (i) mudanças climáticas e produção social do risco; (ii) o solo urbano como arquivo material do Antropoceno; (iii) viver nas ruínas: ontologias do colapso e permanência da vida; e (iv) política da sobrevivência: do poder à vida. Essa organização permitiu evidenciar, de forma progressiva, como o solo urbano articula dimensões sociais, políticas e ecológicas da crise climática, contribuindo para uma leitura crítica das condições contemporâneas de habitar e sobreviver em territórios marcados pela degradação socioambiental.

Mudanças climáticas e produção social do risco

As ciências sociais têm reiterado que os riscos associados às mudanças climáticas não constituem externalidades naturais, mas são socialmente produzidos, distribuídos e legitimados no interior das formações sociais contemporâneas. Beck (2010) argumenta que os riscos característicos da modernidade tardia emergem das próprias formas de organização econômica, tecnológica e política que sustentam o desenvolvimento moderno, tornando insustentável qualquer tentativa de separação entre desastre ambiental e estrutura social. Desse modo, os eventos climáticos extremos não podem ser compreendidos como acidentes fortuitos, mas como expressões históricas de decisões políticas, modelos produtivos e regimes de governança que produzem vulnerabilidade de forma sistemática.

Essa perspectiva é aprofundada pelas contribuições de Giddens (2010) e Hulme (2009), que deslocam a compreensão do clima do domínio estritamente físico-natural para o campo das relações sociais, políticas e culturais. Ao enfatizarem que o clima também se constitui como uma construção social, esses autores demonstram que os riscos climáticos não existem apenas como fenômenos objetivos, mensuráveis por indicadores científicos, mas como realidades mediadas por narrativas, regimes de conhecimento e disputas de poder. Assim, o aquecimento global não adquire sentido político apenas por sua materialidade biofísica, mas pelos enquadramentos simbólicos e institucionais que orientam sua circulação no espaço público e sua tradução em agendas de ação ou de inação.

Nesse sentido, a percepção social do risco climático é profundamente assimétrica. Determinados impactos tendem a ser amplificados, enquanto outros são silenciados, conforme os interesses econômicos em jogo, a capacidade de determinados atores influenciarem a agenda pública e a posição que ocupam nas estruturas de poder. Giddens (2010) destaca que a ação política diante das mudanças climáticas é frequentemente marcada por adiamentos estratégicos, nos quais a ausência de respostas imediatas é justificada pela incerteza científica, pela complexidade do problema ou pela priorização de agendas econômicas de curto prazo. Hulme (2009), por sua vez, evidencia que o clima opera como um objeto cultural, passível de múltiplas interpretações e apropriações



discursivas, podendo tanto mobilizar ações transformadoras quanto legitimar a inércia política.

A comunicação e o enfrentamento dos riscos climáticos, portanto, não são processos neutros ou tecnicamente determinados. Eles refletem relações de poder que definem quais territórios são considerados prioritários para a proteção, quais populações são sistematicamente expostas à vulnerabilidade e quais danos ambientais se tornam socialmente aceitáveis. Em contextos urbanos marcados por desigualdades estruturais, essa construção social do risco contribui para a naturalização do colapso em áreas periféricas, onde a degradação dos solos, a recorrência de desastres e a precarização das condições de vida passam a ser percebidas como fatalidades inevitáveis, e não como resultados de decisões políticas historicamente situadas.

Essa leitura é fundamental para compreender por que o colapso climático, embora global em sua dinâmica, se manifesta de forma localizada, desigual e territorialmente seletiva. Ao serem filtrados por narrativas hegemônicas e prioridades políticas específicas, os riscos climáticos transformam-se em instrumentos de gestão diferencial da vida e do território, reforçando processos de injustiça ambiental e evidenciando que a crise climática é, antes de tudo, uma crise de governança, de poder e de produção de sentido.

No contexto urbano, a produção social do risco assume contornos ainda mais evidentes. Processos históricos de segregação socioespacial direcionam populações vulnerabilizadas para áreas ambientalmente instáveis, como encostas, margens de rios e terrenos degradados. Essa exposição diferencial aos impactos climáticos configura o que Acsehrad (2010) define como injustiça ambiental, revelando que determinados grupos sociais são sistematicamente mais afetados pelos danos ambientais, ao mesmo tempo em que permanecem afastados dos processos decisórios que produzem esses riscos.

É nesse cenário que o solo urbano emerge como elemento central na materialização dessas desigualdades. Longe de constituir um componente neutro da paisagem urbana, o solo expressa, de forma condensada, as escolhas políticas, os modelos de ocupação do território e as hierarquias sociais que estruturam a cidade. Sua degradação não é contingente, mas estrutural, refletindo decisões econômicas e políticas que naturalizam a precariedade territorial e transferem os custos ambientais para populações



historicamente marginalizadas. Assim, o solo urbano consolida-se como operador sociológico privilegiado para compreender como o risco climático é produzido, distribuído e vivido no cotidiano das cidades.

O solo urbano como arquivo material do Antropoceno

Compreender o solo urbano como operador sociológico implica reconhecê-lo como arquivo material da história social urbana, no qual se inscrevem, de forma estratificada, os efeitos de processos históricos, políticos e econômicos que moldaram a produção das cidades. Nos seus estratos acumulam-se marcas da especulação imobiliária, da ausência de planejamento urbano, do racismo ambiental e da subordinação sistemática da natureza à lógica da acumulação capitalista. O solo, nesse sentido, não constitui um suporte neutro da urbanização, mas um registro material das relações de poder que organizaram o espaço urbano ao longo do tempo.

Essa leitura dialoga com a crítica marxista da urbanização, segundo a qual a cidade deve ser compreendida como produto histórico da circulação do capital. Harvey (2014) argumenta que a urbanização opera como estratégia central de absorção de excedentes, convertendo o espaço urbano em campo privilegiado de valorização do capital. Nesse processo, o solo urbano é continuamente reconfigurado como mercadoria, sendo apropriado, fragmentado e revalorizado de acordo com interesses econômicos dominantes. A degradação ambiental associada à urbanização não constitui, portanto, um efeito colateral indesejado, mas parte constitutiva da lógica de produção do espaço.

Do mesmo modo, Smith (2020) demonstra que o desenvolvimento capitalista é inerentemente desigual, produzindo diferenciações espaciais que se expressam tanto na valorização seletiva de determinados territórios quanto na degradação sistemática de outros. No contexto urbano, essa lógica de desenvolvimento desigual transforma o solo em marcador material das hierarquias socioespaciais, convertendo áreas periféricas em zonas de sacrifício ambiental. A degradação do solo urbano, nesse sentido, expressa a territorialização da desigualdade, tornando visível a articulação entre classe, raça e espaço.



A degradação do solo urbano não se limita, contudo, à perda de suas propriedades físico-químicas. Ela expressa a ruptura de relações ecológicas, sociais e simbólicas que sustentam a vida urbana. Quando o solo deixa de cumprir funções básicas, como a infiltração da água, a sustentação da vegetação ou a regulação microclimática, ele evidencia a falência das separações modernas entre cidade e natureza. O colapso do solo revela que a urbanização não ocorre sobre a natureza, mas por meio dela, produzindo o que Swyngedouw (2004) denomina de socio-natureza, isto é, uma configuração híbrida na qual processos sociais e naturais tornam-se inseparáveis.

Essa perspectiva converge com as críticas ontológicas ao Antropoceno, que problematizam as categorias modernas de natureza e sociedade. Latour (2020) argumenta que a crise ecológica contemporânea expõe a impossibilidade de sustentar a distinção moderna entre humanos e não humanos, uma vez que os efeitos das ações humanas retornam sob a forma de instabilidade climática, degradação dos solos e colapso dos sistemas ecológicos. O solo urbano emerge, nesse contexto, como um ator material que responde às intervenções humanas, evidenciando os limites do projeto moderno de controle da natureza.

Moore (2016), ao propor o conceito de Capitaloceno, aprofunda essa crítica ao enfatizar que a crise ecológica não resulta de uma humanidade abstrata, mas de um sistema histórico específico baseado na exploração do trabalho humano e da natureza. O solo urbano, enquanto espaço de convergência entre exploração ambiental e desigualdade social, torna-se expressão privilegiada dessa articulação histórica entre acumulação de capital e degradação ecológica. Sua exaustão material reflete a exaustão de um modelo civilizatório que tratou a Terra como recurso infinito.

Assim, compreender o solo urbano como arquivo material do Antropoceno implica reconhecer que o colapso climático não se manifesta apenas em escalas globais abstratas, mas se territorializa no cotidiano das cidades. O solo registra, em sua materialidade degradada, as escolhas políticas que priorizaram o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade, a valorização imobiliária em detrimento do direito à cidade e a sobrevivência do poder em detrimento da sobrevivência da vida. Nessa condição, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de análise ambiental e se afirma como



categoria central para uma sociologia crítica do colapso climático e das possibilidades de permanência da vida em contextos urbanos.

Viver nas ruínas: ontologias do colapso e permanência da vida

As contribuições de Haraway (2023) e Tsing (2022) oferecem um deslocamento decisivo na forma de compreender a crise climática, ao recusarem tanto as narrativas apocalípticas quanto as promessas *tecnossolucionistas* que dominam parte significativa do debate contemporâneo. Em vez de projetarem a crise como evento futuro ou como problema a ser resolvido por inovações técnicas, essas autoras propõem uma atenção radical ao presente, às condições concretas de existência e às formas de vida que persistem em mundos já profundamente degradados.

Ao defender a necessidade de “ficar com o problema”, Haraway (2023) propõe uma ética e uma ontologia da convivência em um mundo ferido, no qual não há retorno a um passado idealizado nem garantias de redenção futura. Essa perspectiva desloca o foco da busca por soluções totais para a construção de relações situadas de cuidado, responsabilidade e corresponsabilidade entre humanos e não humanos. Viver nas ruínas, nesse sentido, não significa resignar-se ao colapso, mas aprender a habitar um mundo instável, reconhecendo a interdependência entre espécies, territórios e processos ecológicos.

Tsing (2022), ao analisar as possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo, aprofunda esse deslocamento ao demonstrar que o colapso não implica o fim absoluto da vida, mas a emergência de formas precárias, contingentes e não escaláveis de existência. A autora evidencia que, nas fissuras deixadas pela destruição capitalista, surgem modos de vida que escapam às lógicas de crescimento, eficiência e controle. Essas formas de existência não operam segundo a racionalidade do progresso contínuo, mas por meio de arranjos frágeis, improvisados e profundamente dependentes de condições locais. O colapso, assim, não elimina a vida, mas transforma radicalmente suas condições de possibilidade.

Essa compreensão permite pensar o colapso climático não apenas como catástrofe terminal, mas como processo que reorganiza ontologias e práticas sociais. Em contextos



urbanos marcados pela degradação dos solos, pela instabilidade ambiental e pela precarização das condições de vida, emergem práticas de permanência que desafiam a lógica da destruição contínua. Hortas comunitárias em terrenos degradados, estratégias locais de contenção da erosão e formas de cuidado territorial constituem exemplos de como a vida insiste mesmo quando os fundamentos materiais da cidade entram em colapso.

A essa discussão soma-se a crítica epistemológica de Krenak (2022), que questiona a própria noção moderna de futuro como promessa abstrata e linear. Ao propor a ideia de futuro ancestral, o autor desloca o horizonte temporal dominante, afirmando que a continuidade da vida depende da reconexão com a memória viva da Terra e com saberes historicamente marginalizados pelo projeto moderno-colonial. Esse deslocamento temporal é também ontológico, pois recusa a separação entre humanidade e natureza e recoloca o território como sujeito de relações, e não como recurso disponível à exploração.

Essa crítica converge com reflexões de Latour (2020), para quem o novo regime climático impõe a necessidade de redefinir o que significa habitar a Terra. O autor argumenta que a crise ecológica contemporânea dissolve as fronteiras entre natureza e política, exigindo uma reorientação ontológica que reconheça os territórios como atores centrais na organização da vida coletiva. Viver nas ruínas, nessa perspectiva, implica abandonar a ilusão de domínio sobre a Terra e aprender a negociar com seus limites materiais.

Do mesmo modo, autores como Povinelli (2016) contribuem para aprofundar essa discussão ao analisar como as formas tardias do liberalismo administram a vida em contextos de esgotamento ecológico. A autora demonstra que, em muitos territórios, a sobrevivência se dá em condições de “quase-vida”, nas quais a distinção entre viver e não viver torna-se cada vez mais tênue. Essa abordagem é particularmente relevante para compreender os contextos urbanos periféricos, nos quais a degradação dos solos e a recorrência de desastres ambientais produzem formas de existência marcadas pela instabilidade permanente.

Assim, pensar o viver nas ruínas como ontologia do colapso implica reconhecer que a crise climática não se limita a um problema ambiental, mas redefine profundamente



as condições de existência, os regimes de conhecimento e as formas de relação com o mundo. A permanência da vida, nesse contexto, não se funda na promessa de restauração plena, mas na capacidade de construir vínculos, cuidados e práticas situadas em territórios degradados. O solo urbano, enquanto materialidade viva e instável, torna-se espaço privilegiado dessa ontologia da permanência, registrando tanto as marcas do colapso quanto as tentativas de recomposição da vida em meio às ruínas.

Política da sobrevivência: do poder à vida

A noção de política da sobrevivência encontra uma formulação clássica na teoria política desenvolvida por Mesquita *et al.* (2004), para quem a permanência no poder constitui o princípio organizador da ação política em diferentes regimes. Nessa abordagem, decisões governamentais são orientadas menos por compromissos normativos ou éticos e mais pela necessidade de manter coalizões mínimas vencedoras, ainda que isso implique a externalização sistemática de custos sociais, territoriais e ambientais. A sobrevivência política, nesse sentido, estrutura-se como racionalidade instrumental que hierarquiza vidas, territórios e ecossistemas conforme sua utilidade para a manutenção do poder.

No contexto da crise climática, essa racionalidade adquire contornos particularmente agudos. A sobrevivência política não se sustenta apenas pela gestão material dos territórios, mas também pela administração dos fluxos de informação e pela produção de narrativas que organizam a percepção social do risco. Harari (2018) observa que, em um cenário marcado pela saturação informacional, a clareza constitui um recurso estratégico de poder. Tal *insight* permite compreender como a ambiguidade discursiva, a fragmentação das informações e a disputa de sentidos operam como mecanismos de adiamento da ação climática. Ao controlar a inteligibilidade do colapso, atores políticos conseguem deslocar responsabilidades, diluir causalidades estruturais e naturalizar processos de degradação ambiental.

Essa lógica discursiva e informacional articula-se ao que Latour (2020) denomina novo regime climático, no qual a crise ecológica deixa de ser um problema externo à política e passa a reconfigurar os próprios fundamentos da governança. Entretanto, em vez de promover uma reorganização profunda das prioridades políticas, a resposta



dominante tem sido a manutenção de arranjos institucionais que protegem interesses econômicos estabelecidos. Nesse quadro, a degradação dos solos urbanos periféricos emerge não como anomalia, mas como resultado previsível de decisões orientadas pela sobrevivência do poder, que convertem determinados territórios em zonas de sacrifício ambiental.

A economia política do risco climático reforça essa interpretação. Autores como Harvey (2014) e Moore (2016) demonstram que o capitalismo contemporâneo administra suas crises por meio da deslocação espacial dos danos, transferindo custos ambientais para populações e territórios com menor capacidade de resistência política. A precarização dos solos urbanos em áreas periféricas, frequentemente habitadas por populações racializadas e empobrecidas, evidencia como a política da sobrevivência do capital e do Estado opera pela produção diferencial da vulnerabilidade.

Entretanto, ao deslocar o foco analítico dos centros decisórios para os territórios afetados pelo colapso climático, emerge uma outra concepção de política da sobrevivência. Diferentemente da racionalidade instrumental do poder, as práticas de sobrevivência observadas em contextos de degradação socioambiental operam segundo éticas do cuidado, da permanência e da recomposição da vida. Trata-se de uma política que não se organiza em torno da conquista ou da manutenção do poder institucional, mas da possibilidade concreta de continuar existindo em condições materiais adversas.

Essa inflexão dialoga diretamente com as ontologias do colapso discutidas por Haraway (2023) e Tsing (2022), para quem a vida persiste não apesar das ruínas, mas precisamente nelas. A política da sobrevivência da vida funda-se em práticas situadas, relacionais e não escaláveis, que articulam saberes científicos, conhecimentos locais e experiências cotidianas de enfrentamento da crise. Nesse contexto, o solo urbano deixa de ser apenas objeto de gestão técnica e passa a constituir elemento central de práticas políticas de cuidado e resistência.

É nesse horizonte que os estudos sobre educação em solos adquirem relevância analítica e política, ao deslocarem o solo do estatuto de objeto técnico para o de mediação epistemológica e pedagógica da crise climática. Pesquisas recentes indicam que o conhecimento situado sobre o solo possibilita a construção de saberes críticos voltados à sustentabilidade e à justiça ambiental, na medida em que articula dimensões científicas,



territoriais e cidadãs em contextos concretos de vulnerabilidade socioambiental (Nascimento; Marques, 2025a). Ao ancorar o processo educativo na materialidade do território vivido, a educação em solos rompe com abordagens abstratas da crise climática e favorece a compreensão das relações estruturais entre degradação ambiental, decisões políticas e desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, o solo urbano opera como dispositivo pedagógico e político, capaz de condensar memórias ambientais, experiências de risco e práticas cotidianas de sobrevivência. Ao mediar processos educativos em territórios marcados por instabilidade ambiental, o solo torna-se suporte de narrativas que articulam passado, presente e futuro, fortalecendo vínculos de pertencimento territorial e ampliando a capacidade coletiva de interpretação crítica do colapso climático. Essas práticas educativas não apenas informam sobre a degradação dos solos, mas produzem condições para a emergência de ações coletivas orientadas ao cuidado, à recomposição territorial e à permanência da vida, configurando-se, assim, como eixo pedagógico central da política da sobrevivência da vida (Nascimento; Marques, 2025b).

A centralidade do solo nessa política da permanência é reforçada por sua dimensão material e biofísica. Estudos na área da ciência do solo demonstram que as mudanças climáticas alteram significativamente a dinâmica de elementos essenciais, como o selênio, com implicações diretas para a saúde humana e para os sistemas alimentares (El-Ramady *et al.*, 2015). Esses achados evidenciam que a crise climática não pode ser dissociada da materialidade do solo, pois é nele que se articulam processos ecológicos, condições de vida e desigualdades sociais.

Assim, a política da sobrevivência revela-se como campo de tensão entre duas racionalidades distintas. De um lado, a sobrevivência do poder, orientada por cálculos estratégicos, gestão diferencial do risco e naturalização do colapso em territórios periféricos. De outro, a sobrevivência da vida, sustentada por práticas de cuidado, conhecimento situado e recomposição das relações entre sociedade e natureza.

É precisamente nesse ponto que o solo urbano se afirma como operador sociológico dessa tensão, uma vez que é em sua materialidade que essas racionalidades se tornam concretas, visíveis e disputadas. A degradação, a impermeabilização ou a contaminação do solo não apenas refletem decisões políticas, mas também condicionam

as possibilidades de vida, circulação, moradia e permanência nos territórios urbanos. O solo, portanto, não atua como mero suporte passivo, mas como elemento que medeia, intensifica e, em certos contextos, limita as formas de existência social.

Compreender essa tensão, a partir do solo urbano, é fundamental para analisar o colapso climático não apenas como falha ambiental, mas como disputa política materializada no território, na qual se definem, de forma concreta, quais vidas podem ser sustentadas e quais são expostas à precarização quando o próprio chão deixa de garantir as condições mínimas de reprodução da vida.

Considerações finais

Este artigo sustenta que não há futuro sem chão, ao compreender o solo urbano como operador sociológico central para a análise do colapso climático nas cidades contemporâneas. Ao longo do texto, buscou-se responder à questão de como o solo, enquanto materialidade historicamente produzida, permite compreender a crise climática não apenas como fenômeno ambiental, mas como processo social, político e ontológico, profundamente atravessado por desigualdades estruturais e disputas de poder.

A análise desenvolvida evidenciou que os riscos climáticos são socialmente produzidos e distribuídos de forma desigual, sendo o espaço urbano um *locus* privilegiado dessa assimetria. Nesse contexto, o solo urbano emergiu como arquivo material do Antropoceno periférico, registrando em sua degradação os efeitos acumulados da urbanização desigual, da mercantilização da terra, do racismo ambiental e da externalização sistemática dos custos socioambientais. Assim, o colapso climático mostrou-se indissociável das escolhas políticas e econômicas que historicamente organizaram a produção do espaço urbano.

Ao articular as contribuições da sociologia do risco, da economia política urbana, das ontologias do colapso e da teoria da sobrevivência política, o artigo demonstrou que a crise climática explicita uma tensão estrutural entre duas racionalidades distintas. De um lado, a sobrevivência do poder, orientada por cálculos estratégicos, gestão diferencial do risco e naturalização da degradação em territórios politicamente fragilizados. De outro, a sobrevivência da vida, sustentada por práticas situadas de cuidado, permanência e



recomposição das relações entre sociedade e natureza. Essa tensão revelou-se fundamental para compreender por que determinados territórios urbanos se tornam zonas de sacrifício, enquanto outros são protegidos e valorizados.

Uma contribuição central do estudo consiste em evidenciar o solo urbano não apenas como objeto de análise ambiental, mas como categoria analítica capaz de articular materialidade, poder e política. Ao reconhecer o solo como mediador de processos educativos, de memória ambiental e de ação coletiva, o texto destacou o papel da educação em solos como eixo pedagógico da política da sobrevivência da vida, ao favorecer a construção de saberes críticos, o fortalecimento do pertencimento territorial e a ampliação da capacidade coletiva de interpretação do colapso climático.

Entretanto é necessário reconhecer as limitações deste trabalho. Por tratar-se de um estudo de natureza teórica, o artigo não incorporou investigações empíricas de campo, o que restringe a possibilidade de aprofundar a análise das práticas concretas de sobrevivência em territórios específicos. Além disso, a abordagem adotada privilegiou determinados referenciais teóricos, o que, embora tenha garantido densidade conceitual, abre espaço para diálogos ainda mais amplos com outras tradições analíticas e contextos geográficos.

Como desdobramentos futuros, sugerem-se pesquisas empíricas que investiguem, em escala local, como comunidades urbanas vivenciam o colapso climático a partir da materialidade do solo, bem como estudos comparativos entre diferentes cidades e territórios. Do mesmo modo, investigações que articulem educação, políticas públicas e gestão do solo urbano podem contribuir para aprofundar a compreensão das possibilidades e limites de uma política da permanência da vida em contextos de crise climática.

Em síntese, ao afirmar que não há futuro sem chão, este artigo demonstrou que enfrentar o colapso climático exige deslocar o olhar para o território, para a materialidade do solo e para as relações sociais que o constituem. Mais do que antecipar futuros abstratos, trata-se de compreender as condições concretas de sobrevivência no presente e de construir, a partir do chão urbano, possibilidades éticas, políticas e pedagógicas de continuidade da vida em um mundo marcado pela instabilidade climática.



Referências

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 2 dez. 2025.
- BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- EDO, L. Mudanças climáticas, abordagens totalitárias e diversidade de vozes: desafios, hegemonias e alternativas na gestão da crise climática. **Artífices**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 34-52, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55847/artifices.v6i1.1235>. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/artifices/article/view/1235>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- EL-RAMADY, Hassan; ABDALLA, Neama; ALSHAAL, Tarek; DOMOKOS-SZABOLCSY, Éva; ELHAWAT, Neven; PROKISCH, József; SZTRIK, Attila; FÁRI, Miklós; EL-MARSAFAWY, Samia; SHAMS, Mohamed S. Selenium in soils under climate change: implication for human health. **Environmental Chemistry Letters**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 1-19, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10311-014-0480-4>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10311-014-0480-4>. Acesso em: 2 nov. 2025.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: GEN Atlas, 2019.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HARAWAY, D. J. **Ficar com o problema**: fazer parentes do Chthluceno. São Paulo: N-1 Edições, 2023.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HULME, M. **Why we disagree about climate change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MESQUITA, B. B.; SMITH, A.; SIVERSON, R. M.; MORROW, J. D. **The logic of political survival**. Cambridge. The MIT Press, 2004.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2025.
- MOORE, J. W. **Anthropocene or capitalocene?** Oakland: PM Press, 2016.



NASCIMENTO, M. S.; MARQUES, J. D. O. Agenda 2030: a importância da educação em solos para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 42, n. 1, p. 341-363, 2025a. DOI: <https://doi.org/10.63595/remea.v42i1.16822>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/16822>. Acesso em: 2 out. 2025.

NASCIMENTO, M. S.; MARQUES, J. D. O. Solos urbanos e catástrofes anunciadas: percepções docentes, narrativas e práticas escolares em territórios de risco. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 2, p. 157-174, 2025b. DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4235>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/4235>. Acesso em: 2 jan. 2025.

POVINELLI, E. A. **Geontologies: a requiem to late liberalism**. Durham: Duke University Press, 2016.

ROSENZWEIG, C.; HILLEL, D. Soils and global climate change: challenges and opportunities. **Soil science**, [S. l.], v. 165, n. 1, p. 47-56, 2000. Disponível em: https://journals.lww.com/soilsci/abstract/2000/01000/soils_and_global_climate_change_challenges_and.7.aspx. Acesso em: 2 nov.2025.

SHIRTS, M. **Emergência climática: o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor**. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

SMITH, N. **Desarrollo desigual. Naturaleza, capital y la producción del espacio**. 2020. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

SWYNGEDOUW, E. **Social power and the urbanization of water: flows of power**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

TSING, A. **O cogumelo no fim do mundo**. São Paulo: N-1 Edições, 2022.

Recebido em: 02/01/2026.

Aceito em: 22/04/2026.

